

Escola terá liberdade para organizar currículo

Conselho Nacional de Educação determinará diretrizes que devem ser seguidas na formulação

SÔNIA CRISTINA SILVA

BRASÍLIA – As escolas do ensino fundamental (1.^a a 8.^a séries) terão liberdade para organizar seus currículos, segundo proposta do Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovada ontem. A Câmara de Ensino Básico determinará as diretrizes que devem ser seguidas na formulação do currículo, indicando que, além das áreas de conhecimento já habituais (língua portuguesa, matemática, história, geografia, ciências, artes e educação física), as escolas devem levar em consideração princípios e fundamentos de saúde, sexualidade e pluralidade cultural.

“As diretrizes indicam a necessidade de os currículos reconhecer e integrar a diversidade das identidades dos alunos, dos professores e das escolas”, explicou Regina de Assis, relatora da proposta. “O ato de educar deve estar baseado no diálogo, reconhecendo a variedade das identidades.” Segundo ela, as áreas de conhecimento tradicionais devem ser relacionadas aos “aspectos essenciais da vida do cidadão”, como a saúde, sexualidade, vida familiar e social, ciência e tecnologia, cultura e novas linguagens, entre elas, da mídia eletrônica.

As diretrizes obrigam as escolas a criar condições de infra-estrutura (parte física e calendário escolar) para professores e alunos poder executar as diretrizes.

O presidente da Câmara de Ensino Básico, Jamil Cury, admite que,

mesmo assim, a proposta traz riscos, pois parte das escolas pode não se preparar para a flexibilidade permitida pela proposta. “É temerário dar autonomia em um sistema de ensino diversificado no qual ainda existe precariedade, mas o modelo até agora adotado também não se mostrou eficiente”, justificou.

“Os sistemas de ensino terão este ano para assimilar a mudança, que só deve ser desenvolvida no próximo ano letivo, em 1999”, afirmou Cury. O grande desafio do novo modelo é ser capaz de elevar os indicadores negativos do ensino fundamental. O Brasil ainda convive com uma taxa de repetência média de 30%. A evasão também é alta. Apenas seis em cada dez alunos conseguem terminar os oito anos de escolaridade.

Conforme a proposta do CNE, as escolas deverão incluir nos currículos as áreas de conhecimento, mas a forma como elas serão aplicadas fica por conta dos sistemas de ensino. “Em língua portuguesa, por exemplo, o aluno deve saber ler, escrever e interpretar, o que determina o ensi-

no da ortografia”, explicou Cury. “Mas não vamos dizer que tipo de segmento de ortografia deve ser aplicado nessa ou naquela série.”

Cury explicou que as diretrizes substituem o “engessamento” do modelo atual de organização do ensino fundamental, pelo qual as disciplinas são especificadas em uma grade curricular mínima para cada uma das séries (da 1.^a à 8.^a).

A aplicação ou não das diretrizes curriculares ainda depende de homologação do ministro Paulo Renato Souza, mas, segundo Cury, já há consenso entre a Câmara de Ensino Básico e o ministério.

**APLICAÇÃO
DEPENDE DE
APROVAÇÃO
DO MINISTRO**

EDUCAÇÃO